

Implementação do PELC em contexto universitário: participação popular, possibilidades e limitações ao esporte e lazer estudantil

Implementation of PELC in a university context: popular participation, possibilities and limitations to student sports and leisure

Implementación del PELC en un contexto universitario: participación popular, posibilidades y limitaciones para el deporte y el ocio estudiantil

*Junior Vagner Pereira da Silva, **Bruno Ocelli Ungheri

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Brazil), **Universidade Federal de Ouro Preto (Brazil)

Resumo: O estudo objetivou investigar a implementação de dois núcleos do PELC em uma Instituição Federal de Ensino Superior em Campo Grande/MS e a participação popular na estruturação. Trata-se de uma pesquisa exploratória e documental, com análise de conteúdo. Os resultados indicam que a implementação do programa ocorreu a partir da consulta online junto a população sobre sua preferência em relação ao conteúdo, dias e horários dos atendimentos, com as tomadas de decisão dos gestores, em sua maioria, convergindo com os anseios pontuados pelos participantes. A implantação do programa no âmbito universitário se mostrou relevante, haja vista que aumentou as possibilidades dos estudantes terem experiências com o lazer. Conclui-se que o programa pautou-se em princípios de participação popular, reconhecendo e acolhendo as indicações dos participantes na implementação.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Esporte; Lazer; Acadêmicos.

Abstract: The study aimed to investigate the implementation of two centers of PELC in a Federal Institution of Higher Education in Campo Grande/MS and the popular participation in the structuring. This is an exploratory and documentary research, with content analysis. The results indicate that the implementation of the program took place from the online consultation with the population about their preference in relation to the content, days and times of the consultations, with the decision-making of the managers, for the most part, converging with the anxieties punctuated by the participants. The implementation of the program at the university level proved to be relevant, given that it increased the possibilities for students to have experiences with leisure. It is concluded that the program was guided by the principles of popular participation, recognizing and accepting the indications of the participants in the implementation.

Keywords: Public policy; Sport; Leisure; Academics.

Resumen: El estudio tuvo como objetivo investigar la implementación de dos centros de PELC en una Institución Federal de Educación Superior en Campo Grande/MS y la participación popular en la estructuración. Se trata de una investigación exploratoria y documental, con análisis de contenido. Los resultados indican que la implementación del programa se dio a partir de la consulta en línea a la población sobre su preferencia en relación al contenido, días y horarios de las consultas, confluyendo la toma de decisiones de los gestores, en su mayoría, con las angustias puntuadas por los participantes. La implementación del programa a nivel universitario demostró ser relevante, ya que incrementó las posibilidades de los estudiantes de tener experiencias con el ocio. Se concluye que el programa estuvo guiado por los principios de la participación popular, reconociendo y aceptando las indicaciones de los participantes en la implementación.

Palabras clave: Políticas públicas; Deporte; Ocio; Académicos.

Data de recepção: 18-07-22. Data de aceitação: 26-10-22

Prof Junior Vagner Pereira da Silva

jr_lazer@yahoo.com.br

Introdução

No Brasil, as políticas públicas de esporte e lazer (PPEL) são analisadas sob diferentes perspectivas, dentre elas, a do direito social, pautada na Constituição Brasileira de 1988, marco legal que assumiu, ao menos em tese, o Estado como provedor de direitos sociais. A carta magna dispõe de indícios acerca da inserção do esporte e do lazer na agenda política, com ações, desde então, realizadas sob a égide da garantia constitucional que, em boa medida, contribuíram para avanços das políticas na área, embora ainda limitados.

A criação do Ministério do Esporte em 2003 (Capi, & Isayama, 2019), ocasião em que programas foram elaborados, descentralizados e implantados no cenário nacional, figura como outro importante marco à democratização das PPEL, vez que o Executivo Federal assumiu uma política comprometida com a democratização do acesso, financiando a implementação de programas em diferentes regiões brasileiras, priorizando segmentos em desvantagem social, econômica e educativa. Tal postura refletiu uma mudança de paradigma político, vez que, pautou-se no atendimento das camadas menos favorecidas.

Dentre os programas implementados encontra-se o

Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), delineado para fomentar ações estruturantes norteadas pelo protagonismo do esporte e do lazer nas comunidades sob mediação de agentes sociais e gestores locais (Pintos, 2018), visando suprir a carência de políticas públicas (PP) e sociais que atendessem às demandas da população, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica (Souza, Noronha, Ribeiro, Teixeira, Fernandes, & Venâncio, 2010).

Tendo como público-alvo todas as faixas etárias, incluindo pessoas com deficiência, através de oficinas de esporte e lazer, o programa visou a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, o fomento da pesquisa e a socialização do conhecimento no meio acadêmico. Trata-se da auto-organização comunitária, do trabalho coletivo, da intergeracionalidade, do fomento e difusão da cultura local, do respeito à diversidade, da intersetorialidade e da municipalização (Ministério do Esporte, 2016).

O desenvolvimento do PELC ocorreu via núcleos, espaços de referência para a convivência social nos municípios em praças, quadras, salões paroquiais, campos de futebol e outros equipamentos compartilhados. Para cada núcleo foi estabelecida a meta de 400 atendimentos, podendo o mesmo beneficiado participar de várias oficinas.

A administração dos núcleos ocorria por meio de grupo gestor, composto por representantes dos beneficiados, das entidades parceiras, da entidade de controle social, agentes sociais, coordenadores geral, de núcleo e setorial, bem como da entidade convenente. Ao grupo gestor competia reunir-se sistematicamente para deliberar sobre as ações do Programa, buscando alternativas para a superação de dificuldades e, conseqüentemente, sua qualificação.

Nesse cenário ganharam destaque os mecanismos de participação cidadã adotados para a consolidação da gestão democrática (Ungheri, & Isayama, 2019), pois parte do êxito gerencial no setor público se condiciona pela mobilização e participação popular nos processos decisórios (Reis, 1995). Portanto, avaliar os mecanismos de participação popular contribuiu para análise da apropriação social em relação aos programas públicos.

No âmbito do PELC, visando a ressignificação dos espaços esportivos e de lazer existentes, suas diretrizes estabeleciam a gestão participativa e democrática. As seleções dos projetos ocorriam via chamamento público, por emendas parlamentares e por proponentes específicos, no caso de convênios de grande porte. Os parceiros advinham de órgãos do poder executivo, entidades do terceiro setor e universidades (Capi, & Isayama, 2019), com participação de representantes (setor público, entidades privadas, terceiro setor, moradores, lideranças locais, voluntários e entidades de controle social) nas tomadas de decisão (Brasil, 2016).

Por esse motivo, toma-se como ponto nevrálgico o monitoramento e a avaliação que, segundo Cotta (1998), tem como principal característica o caráter aplicado. Para a autora, uma pesquisa que se debruça sobre o tema, deve buscar informações sobre a extensão e o grau dos impactos de uma política pública, sobretudo referente à sua concepção, estratégias de implementação e resultados.

Sobre a avaliação de PP e o estabelecimento de indicadores, Jannuzzi (2005) argumenta que os indicadores sociais permitem a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático, que “apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definido a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente” (p. 138).

Diante ao exposto, o estudo objetivou investigar a implementação de dois núcleos do PELC em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) em Campo Grande/MS e a participação popular na estruturação. Especificamente buscou diagnosticar e discutir os mecanismos de participação popular; analisar as convergências e discrepâncias entre as oficinas, dias e horários sugeridos pela população e aqueles implementados; refletir sobre a relevância de implementação de PPEL no contexto universitário.

Metodologia

Trata-se de estudo exploratório, destinado a desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, de modo a

dispor de visão geral e aproximativa do objeto estudado. Quanto ao seu delineamento, é documental, que tem como fontes de análises materiais não tratados analiticamente e que permitem reelaboração, conforme os objetivos da investigação (Gil, 2010).

O objeto de análise foram documentos relacionados a dois núcleos do PELC, implantados na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com parceria da Fundação Municipal de Esporte de Campo Grande (FUNESP).

A técnica usada foi a proposta por Gil (2010), organizada em Formulação do problema, Elaboração do Plano de Trabalho, Identificação das fontes, Localização das fontes de obtenção do material e Análise e interpretação.

A formulação do problema ocorreu na elaboração do projeto, sendo os pressupostos norteadores e o cronograma organizados com o plano de trabalho. A identificação das fontes, caracterizou o levantamento.

A localização dos documentos ocorreu no Diário Oficial de Campo Grande (<https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/>), Boletim Oficial (<https://boletimoficial.ufms.br/>), site do Ministério do Esporte (<http://arquivo.esporte.gov.br>) e sites de jornais de Campo Grande/MS. Para tanto, aplicou-se os uni-termos “Programa Esporte e Lazer da Cidade” e “PELC”.

O *corpus* do estudo consistiu no Acordo de Cooperação nº 029/2017-UFMS/FUNESP, Relatório final do Acordo de Cooperação nº 029/2017-UFMS/FUNESP, Diretrizes do Programa Esporte e Lazer da Cidade – 2017 e Matérias jornalísticas sobre abertura de vagas e inscrições no programa. Segundo Jannuzzi (2016), documentos oriundos da Administração Pública são evidências que podem gerar informações relevantes e possibilitam análise situacional.

A interpretação dos dados ocorreu pela análise de conteúdo, estruturada em quatro etapas: pré-análise, com contato inicial aos dados; exploração do material, com a codificação (escolha das unidades), enumeração (escolha das regras de contagem) e classificação (escolha da categoria); tratamento dos dados, pela interpretação dos resultados (Gil, 2010). Os resultados foram apresentados em quadros, por frequência absoluta e relativa.

Sendo a investigação documental e os dados oriundos de documentos públicos, em conformidade com o artigo 1º, parágrafo único, item II da Resolução nº 150/2016/CNS e artigo 6º, item VII da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o mesmo não foi apreciado por Comitê de Ética em Pesquisa.

Resultados

Os documentos indicam que no período de 6 a 12 de fevereiro de 2017 ocorreu consulta pública através de questionário *on-line*, sem identificação dos participantes, para diagnosticar as experiências de esporte e lazer, dias e horários de preferência e auxiliar no delineamento da oferta das oficinas. Participaram 1.162 pessoas, a maioria vinculada a UFMS – acadêmicos (67%) e servidores (13.5%)

–, e do sexo feminino (55,7%), com experiência no esporte e lazer (81.3%) e interesse (99,8%) em vivenciá-los no contexto da instituição.

Dentre os conteúdos culturais, predominou o físico-esportivo. As oficinas de maior interesse foram - musculação (25.1%), natação (10.6%), voleibol (10.6%), pilates (8.3%) e futebol (7%). Na segunda opção, apenas a ordem de preferência alternou, mantendo-se as mesmas experiências como preferidas (Quadro 1).

Das trinta oficinas identificadas junto a população, 63.33% foram implantadas em março de 2017. Outras 5 foram incorporadas por decisão da Coordenação do Núcleo (Quadro 1). As Atividades Físicas de Lazer (AFL) ginástica/ritmos, musculação, pilates e treinamento funcional e as modalidades esportivas coletivas (basquetebol, futsal e voleibol), foram fomentadas ao longo de todo o projeto.

Em relação aos dias de oferta (Quadro 2), na consulta, seja como primeira ou segunda opção, predominou o interesse por terça-feira e quinta-feira e segunda-feira e quarta-feira. Entre os horários, destacaram das 17h às 18h (23.6%) e das 18h às 19h (19.9%) e, como segunda opção, das 18h às 19h (21.6%) e das 17h às 18h (16.6%). Em que pese em menor percentual, horários antecedendo ao expediente acadêmico também foram sinalizados.

OFICINAS	Primeira opção		Segunda opção		TURMAS					
	Frequência		Frequência		março		setembro		fevereiro	
	N	%	N	%	ofertadas	não ofertadas	Inclusas pela coordenação do PELC			
Artesanato	3	0,3	7	0,5		×				
Atividades circenses										
Badminton	7	0,6	6	0,5	✓					
Basquetebol	58	4,9	63	5,4	✓					✓
Bordado	2	0,2	2	0,2		×				
Canto/Coral	5	0,4	21	1,8		×				
Capoeira										✓
Cinema	5	0,4	20	1,7		×				
Corrida/Caminhada	47	4	44	3,7						
Dança Clássica	9	0,8	15	1,3		×				
Dança Contemporânea	29	2,5	33	2,8		×				
Dança Regional	7	0,6	17	1,4		×				
Desenho/pintura	9	0,8	11	0,9	✓					✓
Expressão corporal										✓
Fotografia	17	1,4	32	2,7		×				
Futsal					✓					✓
Futsal kids										✓
Futebol	80	7	62	5,3						✓
Futebol de mesa										✓
Ginástica Aeróbica	11	0,9	27	2,3	✓					
Ginástica localizada	6	0,5	8	0,8	✓					
Ginásticas/ritmos										✓
Grafite										✓
Handebol	54	4,6	27	2,3	✓					✓
Hidroginástica	42	3,6	43	3,7	✓					✓
Jogos de mesa										✓
Jogos e brincadeiras										✓
Jogos intelectuais (Xbox)	4	0,3	9	0,8		×				
Judô										✓
Leitura	5	0,4	4	0,3						✓
Musculação	295	25,1	167	14,2	✓					✓
Natação	125	10,6	176	15	✓					✓
Percussão	4	0,3	11	0,9	✓					✓
Pilates	97	8,3	89	7,6	✓					✓
Skate										✓
Slackline	14	1,2	24	2	✓					✓
Teatro	18	1,5	27	2,3	✓					✓
Tênis de mesa	11	0,9	18	1,5	✓					✓
Tênis de quadra	27	2,3	40	3,4	✓					✓
Treinamento funcional	32	2,7	63	5,4	✓					✓
Tricô	-	-	1	0,1		×				
Violão	19	1,6	48	4,1	✓					✓
Voleibol	125	10,6	75	6,4	✓					✓
Voleibol kids										✓
Xadrez	6	0,5	12	1		×				

Quadro 1. Interesse da população e oficinas implementadas nos núcleos PELC/FUNESP/UFMS/2017-2018

As oficinas foram ofertadas em conformidade com os dias e horários preteridos na consulta, exceto, das 16h às 17h, que não esteve entre os preferidos, mas figurou como aquele com maior número de turmas nas três avaliações de monitoramento.

	Primeira opção		Segunda opção		TURMAS					
	Frequência		Frequência		março		setembro		fevereiro	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
DIAS										
Segunda e Quarta	328	27,9	247	21,4	39	49,36	32	46,37	35	50
Segunda e Sexta	81	6,9	149	12,9	-	-	-	-	-	-
Segunda e Quinta	-	-	-	-	-	-	1	1,44	-	-
Terça e Quarta	-	-	-	-	-	-	-	1,44	-	-
Terça e Quinta	390	33,2	319	27,7	40	50,63	35	50,72	35	50
Quarta e Sexta	175	14,9	206	17,9	-	-	-	-	-	-
Quinta e Sábado	200	17	232	20,1	-	-	-	-	-	-
HORÁRIOS										
6 às 7 horas	52	4,4	34	2,9	4	5,06	4	5,79	2	2,85
7 às 8 horas	57	4,8	53	4,5	4	5,06	5	7,24	4	5,71
8 às 9 horas	61	2,5	51	4,3	3	3,79	2	2,89	4	5,71
9 às 10 horas	31	2,6	49	4,2	2	2,53	2	2,89	3	4,28
8h30m às 9h30m	-	-	-	-	5	6,32	-	-	-	-
9h30m às 10h30m	-	-	-	-	7	8,86	1	1,44	1	1,42
10h30 às 11h30m	-	-	-	-	4	5,06	2	2,89	2	2,85
11h30m às 12h30m	-	-	-	-	4	5,06	1	1,44	1	1,42
12h30m às 13h30m	-	-	-	-	1	1,26	2	2,89	2	2,85
10 às 11 horas	6	5	13	1,1	1	1,26	4	5,79	1	1,42
11 às 12 horas	28	2,4	18	1,5	3	3,79	2	2,89	4	5,71
12 às 13 horas	15	1,3	26	2,2	2	2,53	2	2,89	3	4,28
13 às 14 horas	27	2,3	22	1,9	3	3,79	2	2,89	3	4,28
14 às 15 horas	40	3,4	32	2,7	4	5,06	2	2,89	2	2,85
15 às 16 horas	75	6,4	50	4,3	8	10,12	9	13,04	9	12,85
16 às 17 horas	91	7,7	107	9,1	9	11,39	12	17,39	12	17,14
17 às 18 horas	278	23,6	195	16,6	8	10,12	10	14,49	10	14,28
18 às 19 horas	234	19,9	254	21,6	7	8,86	7	10,14	7	10,00
19 às 20 horas	126	10,7	155	13,2	-	-	-	-	-	-
20 às 21 horas	34	2,9	89	7,6	-	-	-	-	-	-
21 às 22 horas	21	1,8	28	2,4	-	-	-	-	-	-

Quadro 2. Dias de interesse dos participantes da consulta PELC/FUNESP/UFMS/2017-2018

Discussão

O convênio em análise teve como lócus de execução uma universidade pública, tipo de instituição que dispõe de importante participação no desenvolvimento do programa, com ações desenvolvidas junto à comunidade. A respeito da questão, Ungheri e Isayama (2019) identificaram que na municipalização do PELC, um dos elementos propostos foi o estabelecimento de parcerias com universidades. Para os autores, um importante aspecto desse tipo de colaboração institucional é a cooperação técnica e acadêmica, vez que um dos pilares dos projetos de extensão é a *práxis* teoria e prática. Outra contribuição é o aumento no potencial de captação de recursos financeiros, pois os projetos de extensão têm capital para a realização de ações voltadas à comunidade acadêmica e suas adjacências.

Somado a isso, o compartilhamento das instalações, materiais e equipamentos de esporte e lazer também contribuem com a perenidade das PPEL, além de aproximar a

universidade ao cotidiano das pessoas. Todavia, é preciso considerar que este último elemento pode adquirir caráter dicotômico, pois caso a referida aproximação não ocorra, é possível inferir o distanciamento das comunidades. Seja pelo perfil de atuação ou por não apresentarem capilaridade nos territórios brasileiros, é sabido que muitas comunidades não legitimam as universidades como parte de sua identidade local. Portanto, para que as parcerias com essas instituições sejam estratégias eficazes de municipalização, é imperativo sensibilizar as universidades e respectivas comunidades sobre seu papel acolhedor e sua finalidade pública – o que se pôde observar no contexto analisado nesta investigação.

Isto porque os gestores dos núcleos recorreram a avaliação *ex ante*, com dimensionamento da problemática social anteriormente a implementação e de demanda sociais/diagnósticas, com análise da existência efetiva e legítima da demanda social, de modo a delinear a oferta do programa (Jannuzzi, 2016), alinhando as oficinas, dias e horários, em sua maioria, as demandas sinalizadas em consulta pública.

Diagnósticos preliminares as implementações são essenciais ao sucesso de programas sociais, pois além de darem acesso as características do público-alvo, permitem avaliar a viabilidade operacional e auxiliam na antecipação de possíveis ajustes, de modo a melhor responder a diferentes contextos (Jannuzzi, 2017).

Portanto, além de se atentar ao diagnóstico preliminar, os gestores consideraram a participação popular importante mecanismo de desenvolvimento de PP democráticas, dado a existirem para atender necessidades da população. Tratando-se de esporte e lazer, pertinente ratificar que a população envolvida seja consultada, de modo que a distância entre os objetivos do programa e os anseios da comunidade seja a menor possível, o que pode corroborar com o sucesso da implementação.

A participação social fundamenta-se na descentralização das decisões e na gestão proximal entre o poder público e a população, o que favorece maior agilidade e controle das ações e decisões governamentais (Pinto, 2008). A inserção do cidadão e da sociedade civil na formulação de PP, possibilita que os envolvidos participem do controle da qualidade dos serviços, que se posicionem sobre os bens elegidos como prioridades futuras, assim como favorece relações sociais politizadas no processo de construção dos espaços públicos (Milani, 2008).

Quanto as oficinas, tanto na consulta quanto na oferta, houve diversificação, elemento que colabora com a educação para o lazer, entendida como estímulo e iniciação aos interesses culturais, frente aos diversos estereótipos historicamente construídos, como a visão do lazer como algo indigno, impuro, não adequado, em oposição ao trabalho, tido como comportamento ideal e preferível.

O lazer enquanto objeto de educação, de acordo com Marcellino (2002), consiste na difusão do seu significado, da sua importância, no incentivo à participação e transmissão de informações, de modo que sejam iniciadas nos dife-

rentes interesses culturais e que possam vivenciá-los em níveis críticos e críticos-criativos, criando quadros favoráveis a não homogeneização e internacionalização do lazer fomentado pela indústria cultural.

Este movimento, em parte, pode ser observado no quadro de oficinas ofertadas, que possibilitou a iniciação esportiva e artística, pois os núcleos criaram oportunidades favoráveis, com a diversificação dos conteúdos e ampliação das chances para que a população dispusesse de maiores possibilidades a contemplar seus anseios e desenvolver-se pessoal e socialmente.

Entretanto, mesmo com uma programação diversa, observa-se predominância do interesse físico-esportivo, o que pode ser explicado por historicamente, ao entorno do lazer, ter sido construída associação direta com AFL, por vezes, reduzindo-o a este conteúdo (Isayama, 2009), condição influenciada pela presença precursora do lazer enquanto disciplina na formação de professores em Educação Física e pela mídia, que assume o lazer como produto a ser explorado comercialmente, frequentemente o restringindo ao físico/esportivo (Melo, & Alves Júnior, 2003).

Neste sentido, a programação dos núcleos analisados demonstra ter corroborado com a educação para o lazer, mas, de certo modo, também reproduziu aspectos que precisam ser superados. Tal quadro, indica que a educação para o lazer deve ser compreendida enquanto processo, pois ao tempo em que propôs uma programação diversificada e buscou a iniciação em oficinas esportivas e artísticas, teve que lidar com as crenças, costumes e anseios já enraizados, como a preferência por AFL.

Portanto, a educação para o lazer influencia na mudança do *status quo*, mas não está imune a influência que aspectos culturais já estruturados exercem, o que faz com que as mudanças sejam sutis e lentas. As modificações proporcionadas por PPEL devem ser vistas de modo moderado e gradual, de forma que tais limitações não figurem como empecilho ou desmotivação à educação para o lazer.

O espaço ocupado pelas AFL individuais com maior inclinação à promoção da saúde (ginástica/ritmos, musculação, pilates e treinamento funcional), está em consonância com a faixa etária de estudantes das IFES brasileiras, pois conforme Mutz e Müller (2021), a idade é fator que está relacionada ao tipo de esportes praticados.

A predominância de determinados interesses em cada etapa da vida auxilia na compreensão dos esportes coletivos tradicionais (voleibol, basquetebol e handebol) como segunda categoria mais presente na opinião dos participantes da consulta pública e na oferta das oficinas pelos núcleos, vez que segundo dados do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (2019), os estudantes de IFES brasileiras estão predominantemente na faixa etária de 20-24 anos (49.3%) e abaixo de 20 anos (18.6%). Logo, a diversificação das atividades ofertadas foi positiva, vez que a população entre 19 e 28 anos tem maior disposição ao *fitness* e os mais jovens, para os esportes intensos e em equipe (Wicker, Pawlowski, & Brever, 2009). Tal interpretação é próxima a de Mutz e Müller

(2021), que destacam o *fitness* entre os 18-24 anos e as modalidades esportivas coletivas abaixo dos 18 anos.

O destaque alcançado pela musculação pode decorrer da baixa presença que a mesma ocupa em PP e o fomento ocorrer predominante pelo mercado, com prestação de serviços e o uso de instalações pagas (81,9%) (Instituto Brasileira de Geografia e Estatística, 2017), o que faz do *fitness* uma AFL menos inclusivas (Mutz, & Müller, 2021). Considerando que 70.2% dos estudantes de IFES no Brasil tem renda *per capita* mensal familiar de até 1 e meio salário mínimo, priorizar esse tipo de oferta fez dos núcleos analisados importante veículo de inclusão social (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, 2019).

Sobre a programação, a organização dos atendimentos em dois dias esteve em conformidade com as diretrizes do PELC, que estabelecem que as oficinas ocorram de 2 a 3 vezes por semana, com 1h cada, nos períodos matutino, vespertino e/ou noturno (Ministério do Esporte, 2016). Tal organização é similar a outros programas públicos brasileiros, desenvolvidos de 2 a 3 dias em Academias ao Ar Livre (Silva, & Anjos, 2020) e no Programa Segundo Tempo Universitário (Silva, 2021, Silva, 2022b). Estudos internacionais indicam similaridade, com frequência de 2 dias em programas de atividades físicas (Perez, 2021) e 3 dias em visitas aos centros esportivos (Aparicio-Chueca, Elasi-Ejjaberi, & Triadó-Iverm, 2021).

Em que pese os atendimentos diários serem preferidos quando se perspectiva um estilo de vida fisicamente ativo, em se tratando de PP, a organização das oficinas em 2 dias semanais favorece a democratização do acesso à um número maior de pessoas e tem sido a tônica em PPEL.

Quanto aos horários, a diversificação das oficinas no matutino, vespertino e noturno foi similar a outros programas brasileiros ofertados no matutino e vespertino, em projetos do Programa Nacional de Promoção da Saúde e Programa Academia da Saúde (Brasil, 2018) e matutino e noturno, em Academias da Cidade e em Academias ao Ar Livre (Silva, Sena, Matos, Lima, & Silva, 2014; Anjos, Tavares, Ferreira, & Silva, 2021), o que aumenta as possibilidades da população encontrar uma oferta que contemple sua disponibilidade.

Contudo, para os universitários, a consulta indicou (e os gestores atenderam), maior demanda por horários no final da tarde, o que pode estar relacionado a maioria dos cursos na instituição serem integrais. Isto significa que mesmo sendo importante a diversificação de horários (vez que possibilita atender aos discentes em suas particularidades), a maioria dispõe de tempo para AFL ao final do expediente, vez que o lazer no cotidiano das pessoas, ainda se encontram subordinado a uma hierarquia de atividades tidas como prioritárias – obrigações trabalhistas, familiares, sociais -, e no caso específicos dos universitários, aos estudos.

A predominância da participação de estudantes e interesse elevado por esportes e lazer observada na consulta, pode estar relacionada ao programa ter sido implantado

num contexto que abarca um público em que a falta de tempo tem figurado como principal barreira ao envolvimento com AFL, como observado na América Latina (Sousa, Fonseca, & Barbosa, 2013; Henão, & Arevalo, 2016; Ramírez-Vélez, Triana-Reina, Carrillo, & Ramos-Sepúlveda, 2016; Rico-Díaz et al., 2019), na Europa (Gómez-López, Gallegos, & Extremera, 2010), Martínez-Lemos, Puig-Ribera, & García-García, 2014) e em países transcontinentais (Daskapan, Tuzun, & Eker, 2006), corroborando com que o envolvimento com esse tipo de atividade seja baixo (Beltran, et al., 2020; Tavares, Oliveira, Rodrigues, Mota, Sousa, & Polo, 2020; Pinillos-Patiño, et al., 2022), diminuindo ainda mais com a progressão semestral (Fontes, & Viana, 2009; Godoy-Cumillaf, Fuentes-Merino, Jiménez-Díaz, & Vásquez-Gómez, 2022). Tal quadro pode ser agravado quando políticas públicas relacionadas ao contexto universitário sejam incipientes e de baixo alcance, como evidenciado no Brasil em relação as universidades federais (Silva, 2022b).

O Ensino Superior incide em mudanças na estruturação e distribuição do tempo social devido as disciplinas curriculares e atividades extraclases. Ainda há estudantes que acumulam as funções acadêmicas e profissionais, resultando, por vezes, na restrição do tempo de lazer. Investigações com universitários indicam que os mesmos estão pouco inseridos no lazer e aqueles que estão inseridos, frequentemente realizado pela internet, com pouca vivência do interesse físico-esportivo (Dreher, & Rueckert, 2012) e pautado na visita a barzinhos, assistir filmes/séries e navegar em redes sociais pela internet (Dutra, & Menezes, 2017), sendo as experiências fomentadas decorrentes, sobretudo, da atuação do associativismo acadêmico das atléticas (Ribeiro, Martineli, Navarro, Moraes e Silva, & Silva, 2022).

Especificamente aos estudantes de IFES brasileiras, em sua maioria residentes entre 10-50 km, a precariedade do envolvimento com o esporte e lazer pode ser agravada, dado ao tempo de deslocamento entre residência e universidade (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, 2019).

Visto a distância e tempo exigido para o deslocamento da universidade até algum espaço próximo a residência, a oferta de AFL e outros interesses culturais no contexto universitário pode auxiliar na diminuição da ação da falta de tempo como barreira, favorecendo o interesse em contar com a oferta na instituição. Isto porque, a proximidade entre espaços de lazer e a residência dispõe de relação positiva na ocupação do tempo disponível (Hallal, et al., 2010) e a distribuição desigual, corrobora com oportunidades menores de acesso (Marcellino, Barbosa, Mariano, Silva, & Fernandes, 2007). Por outro lado, a oferta de experiências esportivas no contexto universitário tem se mostrado relevante para maior satisfação com a vida (Jetzke, & Mutz, 2020), satisfação com a instituição e para maior integração acadêmica e social (Kampf, & Teske, 2013), melhora nas habilidades sociais entre estudantes (Forrester, 2014), assim como melhoras no nível de ativi-

dade física, saúde mental e composição corporal (Sanchis-Soler, García-Jaén, Sebastia-Amat, Diana-Sotos, & Tortosa-Martinez, 2022).

Portanto, parcerias entre entidades públicas responsáveis pelo fomento de esporte e lazer e IFES, como a evidenciada no presente estudo, figuram como estratégias relevantes, vez que podem proporcionar que no tempo disponível os estudantes não tenham que se deslocar da universidade até praças, academias, clubes, teatros, ateliês, bibliotecas ou cinemas, dispondo de acesso na própria universidade, algo que favorece a otimização do tempo e maior disposição.

Conclusões

A implementação contou com a participação popular através de consulta pública à comunidade universitária e externa, o que permitiu conhecer a demanda social. Tal medida corroborou com que majoritariamente as oficinas implementadas estivessem em convergência entre a demanda e serviços fomentados.

Todavia, nem todas as sugestões foram efetivadas, dado ao contexto complexo ao qual o programa está inserido, como provisionamento de recursos financeiros, alocação de recursos humanos, mobilização de agentes, diferentes agentes e dependendo da combinação de elementos - desejo da comunidade, expectativas da Coordenação do PELC junto a FUNESP, anseios do setor responsável pela gestão do esporte, perfil, domínio técnico e pedagógico dos monitores das oficinas -, o que pode ter corroborado com que algumas oficinas propostas não tenham se efetivado.

A parceria estabelecida potencializou a inclusão e justiça social, haja vista que além de proporcionar o acesso, ofereceu uma variedade de horários e dias para vivências do esporte e lazer na universidade, favorecendo a iniciação em AFL, por vezes, restritas a pessoas com maior poder aquisitivo socioeconômico. A oferta de experiências de esporte e lazer no contexto universitário figura como estratégia relevante e que pode influenciar no aumento das chances dos acadêmicos a se envolverem, assim como pode figurar como veículo de Educação para o lazer. Entretanto, a implementação do programa se mostrou ambivalente, pois ao passo que promoveu educação para o lazer, iniciando a população em várias experiências, por outro, reproduziu costumes cristalizados por meio dos esportes tradicionais.

O manuscrito corrobora com a discussão sobre as possibilidades de participação popular na implementação de políticas públicas de esporte e lazer, tema que se faz de grande relevância para a democracia e que não se tem feito presente nas discussões acadêmicas nos últimos anos, assim como da importância da formalização de parcerias para oferta de experiências de lazer à estudantes no contexto universitário.

Neste sentido, o manuscrito corrobora com a discussão sobre implementação de políticas públicas com participação popular no delineamento das oficinas, dias e horários

dos atendimentos.

Por se tratar de um estudo documental, o mesmo apresenta limitações no que concerne ao aprofundamento dos dados, assim como análise de relação entre variáveis, recomendando-se que futuros estudos sejam realizados sobre o tema ao longo de todo o desenvolvimento de políticas voltadas ao lazer de universitários, de modo a obter dados mais complexos relativos ao monitoramento e avaliação.

Referências

- Anjos, V. A. A., Tavares, G. H., Ferreira, J. S., & Silva, J. V. P. (2021). Políticas públicas de promoção de saúde e orientação profissional em AAL em Campo Grande/MS, Brasil. *Retos*, 41, 112-122. Recuperado Maio 22, 2021, de <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/83012>
- Aparicio-Chueca, P., Elasi-Ejjaberi, A., & Triadó-Iverm, X. (2021). Perfil de los usuarios de centros deportivos según sus expectativas. *Sport TK*, 10(2), 91-106. Recuperado Maio 2, 2021, de <https://revistas.um.es/sportk/article/view/438371>
- Beltran, Y. H., Nuñez-Bravo, N., Sánchez-Guette, L., Vásquez-Osoriom, F., Lozano-Ariza, A., Torres-Herrera, T., & Valdelamar-Villegas, A. (2019). Estilos de vida relacionados con la salud en estudiantes universitarios. *Lifestyles related to health in university students*. *Retos*, 38, 547-555. Recuperado Maio 22, 2021, de <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/72871>
- Brasil. (2018). Panorama nacional de implementação do Programa Academia da Saúde: monitoramento do Programa Academia da Saúde: ciclo 2017. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado Fevereiro 11, 2022, de <https://aps.saude.gov.br/ape/academia/ciclo2017>
- Brasil. (2016). Programa Esporte e Lazer da Cidade: diretrizes 2017. Brasília: Ministério do Esporte. Recuperado Abril 18, 2022, de <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-e-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade/programa-esporte-e-lazer-da-cidade-pelc>
- Capi, A. H. C., & Isayama, H. F. (2019). Uma análise sobre a trajetória e a formação de formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 12(28), 141-164. Recuperado Junho 30, 2022, de <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/8493/pdf>
- Cotta, T. C. (1998). Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. *Revista do Serviço Público*, 49(2), 103-124. Recuperado Maio 15, 2022, de <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/368>
- Daskapan, A., Tuzun, E. H., & Eker, L. (2006). Perceived barriers to physical activity in University students Arzu Daskapan. *Journal of Sports Science and Medicine*, 5(4), 615-620. Recuperado Fevereiro 11, 2022, de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3861763/>
- Dreher, M. T., & Rueckert, R. A. O. (2012). Lazer e Internet: Percepções e Práticas dos jovens universitários de Turismo e Lazer. *Pesquisa e Pós-graduação em Turismo – Universidade Anhembi Morumbi*. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi.

- Dutra, R. G., & Menezes, M. L. P. (2017). O lazer dos estudantes universitários: O caso das festas universitárias. *Revista Presença Geográfica*, 6(1), 63-72. Recuperado Março 23, 2022, de <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/2624/1940>
- Fontes, A. C. D., & Vianna, R. P. T. (2009). Prevalência e fatores associados ao baixo nível de atividade física entre estudantes universitários de uma Universidade pública da região Nordeste – Brasil. *Rev Bras Epidemiol*, 12(1), 20-29. Recuperado Dezembro 14, 2021, de <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/Q8s5DXHVnLJnKf85Tqmfcqkf/abstract/?lang=pt>
- Forrester, S. (2014). *The Benefits of Campus Recreation*. Corvallis, OR: NIRSA.
- Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. (2019). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Brasília. Recuperado Maio 22, 2021, de <https://doi.org/10.1080/01490400.2020.1773984>
- Gil, A. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Godoy-Cumillaf, A., Fuentes-Merino, P., Jiménez-Díaz, J., & Vázquez-Gómez, J. (2022). Estudio comparativo del comportamiento de movimiento de 24 horas, en estudiantes universitarios de pedagogía en educación física. *Retos*, 43, 177184. Recuperado Agosto 19, 2021, de <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/87285>.
- Gómez-López, M., Gallegos, A. G., & Extremera, A. B. (2010). Perceived barriers by university students in the practice of physical activities. *Journal of Sports Science and Medicine*, 9(3), 374-381. Recuperado Fevereiro 14, 2022, de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3761719/>
- Hallal, P. C., Tenório, M. C. M., Tassitano, R. M., Reis, R. S., Carvalho, Y. M., Cruz, D. K. A., Damascena, E., & Malta, D. C. (2010). Avaliação do programa de promoção da atividade física Academia da Cidade de Recife, Pernambuco, Brasil: percepções de usuários e não-usuários. *Cad. Saúde Pública*, 26(1), 70-78. Recuperado Abril 11, 2022, de <https://www.scielo.br/j/csp/a/79mMF9DvqxwqSHF6NQP6Rs/?lang=pt>
- Henao, R. F. R., & Arevalo, M. T. V. (2016). Barreras percibidas en jóvenes universitarios para realizar actividad física. *Revista Cubana de Salud Pública*, 42(1), 61-69. Recuperado Maio 20, 2022, de http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-34662016000100007
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Práticas de esporte e atividade física: 2015*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado Maio 22, 2021, de <https://doi.org/10.1080/01490400.2020.1773984>
- Isayama, H. F. (2009). Atuação do profissional de educação física no âmbito do lazer: a perspectiva da animação cultural. *Revista Motriz*, 15(2), 407-413. Recuperado Junho 27, 2022, de <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-535244>
- Jannuzzi, P. M. (2005). Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 56(2), 137-160. Recuperado Maio 21, 2022, de <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222>
- Jannuzzi, P. M. (2017). Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea.
- Jannuzzi, P. M. (2016). *Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas*. Campinas: Alínea.
- Jetzke, M., & Mutz, M. (2020). Sport for pleasure, fitness, medals or slenderness? Differential effects of sports activities on well-being. *Applied Research in Quality of Life Online First*, 15, 1519-1534. Recuperado Agosto 21, 2022, de <https://link.springer.com/article/10.1007/s11482-019-09753-w>
- Kampf, S., & Teske, E. J. (2013). Collegiate Recreation Participation and Retention. *Recreational Sports Journal*, 7, 85-96. Recuperado Julho 22, 2022, de <https://journals.sagepub.com/doi/10.1123/rsj.37.2.85>.
- Marcellino, N. C. (2002). *Estudos do lazer: uma introdução*. 3. ed. São Paulo: Autores Associados.
- Marcellino, N. C., Barbosa, F. S., Mariano, S. H., Silva, A., & Fernandes, E. A. O. (2007). *Espaços e Equipamentos de Lazer em Região Metropolitana*. Campinas: Opus.
- Martínez-Lemos, R. I., Puig-Ribera, A. M., & García-García, O. (2014). Perceived Barriers to Physical Activity and Related Factors in Spanish University Students. *Journal of Preventive Medicine*, 4(4), 164-174. Recuperado Fevereiro 13, 2022, de <https://www.scirp.org/journal/paperinformation.aspx?paperid=44707>
- Melo, V. A., & Alves Júnior, E. D. (2003). *Introdução ao lazer*. Barueri: Manolé.
- Milani, C. (2008). O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 551-579. Recuperado Fevereiro 7, 2022, de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6645/5229>
- Ministério do Esporte. (2016). *Programa Esporte e Lazer da Cidade – orientações para implantação - Diretrizes – Edital 2016*. Brasília. Recuperado Maio 18, 2022, de <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-e-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade/orientacoes-para-implementacao-dos-programas-diretrizes>
- Mutz, M., Reimers, A., & Demetriou, Y. (2021). Leisure Time Sports Activities and Life Satisfaction: Deeper Insights Based on a Representative Survey from Germany. *Applied Research Quality Life*, 16, 2155-2171. Recuperado Janeiro 8, 2022, de <https://link.springer.com/article/10.1007/s11482-020-09866-7>
- Mutz, M., & Müller, J. (2021). Social stratification of leisure time sport and exercise activities: comparison of ten popular sports activities. *Leisure Studies*, 40, 597-611. Recuperado Abril 10, 2022, de <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02614367>.

- 2021.1916834?journalCode=rlst20
- Perez, E. A. R. (2021). Percepción del usuario en la utilización del servicio en el programa de ocio y tiempo libre de la secretaria de deportes y recreación de Itagüí Colombi. *Sport TK*, 10(2), 1-24. Recuperado Junio 27, 2021, de <https://revistas.um.es/sportk/article/view/347831>
- Pinto, L. M. S. M. (2008). Políticas públicas de lazer no Brasil: uma história a contar. In: Marcellino N. C. (Org.). *Políticas Públicas de lazer*. Campinas: Alinea. p. 79-96.
- Pintos, A. E. (2018). O Ministério do Esporte, os Programas PELC e Vida Saudável e os primórdios do sistema MIMBOÉ. In: Soares, M. M., Isayama, H. F., & Pintos, A. E. *Monitorando e avaliando políticas de esporte e lazer no Brasil: a experiência dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)*. Autores Associados: Campinas. p. 73-104.
- Pinillos-Patiño, Y., Rebollo-Cobos, R., Herazo-Beltrán, Y., Oviedo-Argumedo, E., Ospino, O., Valencia-Fontalvo, P., & Cortés-Moreno, G. (2022). Estilo de vida en adultos jóvenes universitarios de Barranquilla, Colombia. Diferencias según sexo y estatus socioeconómico. *Retos*, 43, 979987. Recuperado Maio 15, 2022, de <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/87335>.
- Ramírez-Vélez, R., Triana-Reina, H. R., Carrillo, H. Á., & Ramos-Sepúlveda, J. A. (2016). Percepción de barreras para la práctica de la actividad física y obesidad abdominal en universitarios de Colombia. *Nutr Hosp*, 33(6), 1317-1323. Recuperado Janeiro 6, 2022, de https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0212-16112016000600010
- Reis, F. W. (1995). Governabilidade, instituições e partidos. *Revista Novos Estudos*, 41(1), 40-59. Recuperado Maio 14, 2022, de <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-41/>
- Rico-Díaz, J., Arce-Fernández, C., Padrón-Cabo, A., Peixoto-Pino, L., & Abelairas-Gómez, C. (2019). Motivaciones y hábitos de actividad física en alumnos universitarios. *Retos*, 36, 446-453. Recuperado Março 18, 2021, de <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/69906>
- Ribeiro, L. S., Martineli, I. M. G., Navarro, R. T., Moraes e Silva, M., & Silva, J. V. P. (2022). Esporte universitário e Associações Atléticas Acadêmicas: estrutura administrativa e perfil dos gestores na Universidade Federal de Mato Grosso do sul/Brasil. *Retos*, 46, 411-424. Recuperado Outubro 14, 2022, de <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-41/>
- Sanchis-Soler, G., García-Jaén, M., Sebastia-Amat, S., Diana-Sotos, C., & Tortosa-Martine, J. *Acciones para una universidad saludable: Impacto sobre la salud mental y física de los jóvenes Actions for a healthy university: Impact on mental and physical health in young people*. *Retos*, 44, 1045-1052. Recuperado Outubro 11, 2022, de <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/91940>
- Silva, K. R., Sena, R. R., Matos, J. A. V., Lima, K. M. S. V., & Silva, P. M. (2014). Acesso e utilização da Academia da Cidade de Belo Horizonte: perspectiva de usuários e monitores. *Rev Bras Ativ Fis e Saúde*, 19(6), 700-702. Recuperado Abril 9, 2022, de <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/4004>
- Silva, J. V. P. (2021). Avaliação do programa segundo tempo universitário em uma universidade federal em Campo Grande/MS/Brasil. *Rev Bras Ciênc Esporte*, 43, e009621. Recuperado Maio 22, 2021, de http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32892021000100257&script=sci_abstract
- Silva, J. V. P. (2022a). Atividades Físicas de Lazer sistematizadas assíncronas em período de pandemia COVID-19. *Retos*, 46, 552-565. Recuperado Outubro 7, 2022, de <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/93193>
- Silva, J. V. P. (2022b). Programas nacionais de atividades físicas em universidades federais brasileiras e relações com o lazer. *Movimento*, 28, e28044. Recuperado Outubro 22, 2022, de <https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/122918>
- Silva, J. V. P., & Anjos, V. A. A. (2020). The impacts of outdoor gyms on leisure physical activity in Campo Grande/MS. *Holos*, 36(6), e10180. Recuperado Maio 22, 2021, de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10180>
- Souza, E. S., Noronha, V., Ribeiro, C. A., Teixeira, D. M. D., Fernandes, D. M., & Venâncio, M. A. D. (2010). Sistema de monitoramento e avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte. Belo Horizonte. p. 184. Recuperado Abril 7, 2022, de <https://lume.ufrgs.br/handle/123456789/138>
- Sousa, T. F., Fonseca, A. S., & Barbosa, A. L. (2013). Perceived barriers by university students in relation the leisure-time physical activity. *Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum.*, 15(2), 164-173. Recuperado Maio 22, 2021, de <https://www.scielo.br/j/rbcdh/a/pSxPXmSBhbJxVwhKbj6qpVz/?lang=en>
- Tavares, G., Oliveira, D., Rodrigues, L., Mota, C., Sousa, T., & Polo, M. (2020). Inatividade física no lazer durante a pandemia da COVID-19 em universitários de Minas Gerais. *Rev Bras Ativ Fís Saúde*, 25, e0178. Recuperado Janeiro 22, 2022, de <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14420>
- Ungheri, B. O., & Isayama, H. F. (2019). Descentralização das políticas de esporte e lazer: estratégias adotadas por municípios no contexto do Programa Esporte e Lazer da Cidade (2013 – 2017). In: Isayama, H. F., Silva, L. P. *A Constituição Brasileira de 1988 e as políticas públicas de esporte e lazer: produções em programas de pós-graduação*. Autores Associados. p. 217-242.
- Wicker, P., Pawlowski, T., & Brever, C. (2009). Promoting sport for all to age-specific target groups: the impact of sport infrastructure. *European Sport Management Quarterly*, 9, 103-108. Recuperado Junho 2, 2021, de <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/16184740802571377>